

ACESSO AO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO NA CIDADE DE ITAITUBA – PARÁ

Elodyane Uchôa Ferreira¹

Márcio Júnior Benassuly Barros²

Resumo

O acesso da população no Brasil ao serviço de saneamento básico ocorre de forma desigual entre as regiões do país. Na região Norte este acesso é mais deficiente em relação as regiões Sul e Sudeste. Na cidade de Itaituba, estado do Pará, os indicadores apontam para uma grande fragilidade neste setor. Este trabalho tem como objetivo analisar o acesso da população local ao serviço de saneamento básico na cidade de Itaituba – Pará. A metodologia usada consistiu do uso do método de pesquisa mista (quantitativa e qualitativa). Na pesquisa quantitativa foi realizado um levantamento da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) dos anos de 2011, 2017. Na pesquisa qualitativa foi realizado um levantamento de textos sobre a temática. Os resultados indicam que o município não possui uma ação explícita para o setor a exemplo da existência da política municipal de saneamento básico. Existem fragilidades na prestação do serviço de abastecimento de água, bem como doenças relacionadas ao saneamento básico inadequado.

Palavras-chave: Acesso a serviço. Saneamento básico. Itaituba. Pará

Abstract

The access to the service of basic sanitation by the population in Brazil occurs in a disproportionate way among the regions of the country. On the North region this access is more deficient in comparison to the South and Southeast regions. In the city of Itaituba, state of Pará, the indicators point out to a great fragility at this department. This paper aims to analyze the access to the service of basic sanitation by the local population in the city of Itaituba – Pará. The methodology used consisted of the use of the mixed method of research (quantitative and qualitative). In the quantitative research a survey of Research of Municipal Basic Information (MUNIC) in the years of 2011, 2017 was done. In the qualitative one a survey of texts concerning the theme was achieved. The results show that the city does not have an explicit action for the department related to the existence of the municipal policy of basic sanitation. There are fragilities regarding the provision of water supply service, as well as diseases related to inadequate basic sanitation.

Keywords: Access to service. Basic sanitation. Itaituba. Pará

¹ Estudante do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional – Forma Pará da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: elodyaneuchoaferreira@gmail.com

² Professor orientador do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O saneamento básico é um direito assegurado ao cidadão pela constituição federal de 1998. No entanto o que se constata no Brasil é que este serviço continua um direito de poucos brasileiros, principalmente reservados aos grupos da sociedade que possuem maior poder aquisitivo para habitarem cidades com bairros dotados deste serviço essencial a qualidade de vida do cidadão. A região Norte do Brasil apresenta os piores indicadores do saneamento nacional, com números do acesso ao abastecimento de água nos domicílios muito baixo, bem como esgotamento sanitário e coleta de lixo insatisfatório. Na cidade de Itaituba, localizada no Oeste do estado do Pará, os indicadores acompanham a realidade regional da região Norte do Brasil, com indicadores que mostram este grave problema que afeta diretamente a saúde e qualidade de vida do morador local. Cabe destacar que o saneamento engloba diversos setores e prestação de serviços como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo dentre outras.

Este trabalho tem como objetivo analisar o acesso da população local ao serviço de saneamento básico na cidade de Itaituba – Pará. A metodologia utilizada consistiu do uso do método de pesquisa mista (quantitativa e qualitativa). Na pesquisa quantitativa foi realizado um levantamento da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE dos anos de 2011, 2017. Na pesquisa qualitativa foi realizado um levantamento de textos sobre a temática.

2 DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento da presente pesquisa abordaremos três seções iniciando com a fundamentação teórica sobre capacidades estatais, além das seções empíricas sobre a ocupação de Itaituba, bem como as políticas públicas de saneamento básico em Itaituba.

2.1. CAPACIDADES ESTATAIS

O conceito de capacidade estatal tem sido bastante utilizado no Brasil para a análise do estudo de políticas públicas.

Analisar o desenvolvimento das políticas por meio das capacidades estatais significa juntar essas duas pontas, ou seja, compreender como as regras institucionais se materializam por meio de ações de implementação, que dependem, por sua vez, de um conjunto de instituições e atores que conformam o que denominamos por “capacidades estatais” (OLIVEIRA; COELHO, 2021, p.367)

O município é o ente federativo mais próximo do cidadão que precisa dispor de capacidades estatais para a efetiva prestação de serviços a sociedade local. Neste sentido, a municipalidade deve promover ações que fortaleçam a capacidade técnico-administrativa para a real prestação de serviços a coletividade.

Esta literatura mostra que o município se reconhece, e é reconhecido enquanto prestador de serviços que precisa investir no desenvolvimento das capacidades que o tornarão um bom prestador. Todavia, só mais recentemente cresceu a preocupação com o desenvolvimento das capacidades político-institucionais presentes no município para garantir sua participação efetiva na construção da região de saúde, bem como das capacidades presentes na região para coordenar a ação dos seus membros (OLIVEIRA; COELHO, 2021, p.390)

O Brasil como uma república federativa conta com a atuação dos entes federativos (União, Estados e Municípios) na prestação de serviços em áreas de competência definidos por legislações específicas.

Parte relevante da literatura sobre coordenação federativa aponta, ademais, que o fortalecimento da coordenação federativa restringiu à autonomia dos governos subnacionais no Brasil (Arretche, 2012). Nesse sentido, governos subnacionais exercem sua discricionariedade basicamente na implementação de decisões nacionais. No entanto, isso não significa que a implementação da política e seus resultados serão similares, já que são influenciados pelas capacidades estatais locais. (ABRUCIO; SEGATTO, 2021, p. 411)

As capacidades estatais podem ser divididas em duas vertentes que são a capacidade técnico-administrativa e a capacidade político-relacional. A capacidade técnico-administrativa que tem como ênfase a burocracia de servidores que são os responsáveis pela condução das ações nas políticas públicas estatais. Já a capacidade político – relacional tem como ênfase a relação do estabelecimento de parcerias com as instituições estatais dos três poderes constituídos e sociedade civil organizada.

Vale também ressaltar: não se pode confundir capacidades estatais com autonomia e condições burocráticas. De um lado, há uma relação entre capacidades e autonomia: a autonomia é necessária, pois ativa as capacidades, mas as capacidades afetam a implementação. De outro, as capacidades técnico-burocráticas importam, mas não esgotam o fenômeno. Nesta linha, capacidades político-relacionais e variáveis vinculadas à experiência na gestão e às decisões de agenda pública têm um lugar central na explicação do desempenho das políticas locais (ABRUCIO; SEGATTO, 2021, p. 411)

A atuação do município deve ser pautada na efetiva prestação de serviços por meio das políticas públicas setoriais, tendo como objetivo o atendimento das demandas da sociedade local.

Neste sentido, defende-se que, para que o Município demonstre capacidade estatal de formulação de políticas sociais baseadas em cânones democráticos, a administração pública deve balizar suas ações no paradigma gerencial, no que se refere à dimensão econômico-financeira e institucional-administrativa, e no paradigma societal, no que se refere à dimensão sociopolítica (GOMES; FERREIRA; AMÂNCIO, 2017, p. 90)

No Brasil o federalismo cooperativo atua no sentido de que a União, Estado e municípios devem atuar em suas áreas de competências e por meio de regime de cooperação na prestação de serviços à população.

O federalismo cooperativo é uma construção política para tratar das relações entre todos os níveis de governo em torno de agendas comuns. Trata-se de coordenar unidades territoriais componentes da Federação que, por terem seus próprios interesses, podem optar por vínculos intergovernamentais ou então buscar maior autonomia. Portanto, a cooperação não é um dado, mas uma contínua negociação e barganha para gerar consensos que alinhem objetivos nacionais compartilhados com a autonomia subnacional. (GRIN; ABRUCIO, 2018, p. 89)

As capacidades estatais municipais devem envolver além das instituições estatais a sociedade civil organizada, pois a aglutinação da esfera estatal e da coletividade resultam na melhor prestação de serviços a sociedade local.

A concepção de capacidades estatais que fundamenta nossa análise advém dos estudos de Pires e Gomide (2014)³, que desenvolveram o conceito para analisar um conjunto de programas federais no Brasil. Escolhemos essa abordagem, pois ela traz a relevante noção de que as capacidades são permeadas por interações com múltiplos atores, que assegurariam a legitimidade das ações e teriam o potencial de gerar inovações. Elas podem se dar, por exemplo, na forma de participação social institucional, que se tornou relevante na implementação de políticas sociais no país; ou através da adoção de arranjos, formais ou informais, os quais conectam agências burocráticas do Poder Executivo com atores políticos no Poder Legislativo e na sociedade civil. Dessa forma, para Pires e Gomide (2014, s/p), capacidade estatal seria a “capacidade do Poder Executivo de implementar suas políticas envolvendo múltiplos atores e interesses (COELHO; GUTH; LOUREIRO, 2020, p. 784)

A presença das capacidades estatais municipais resulta na efetiva prestação de serviços para a coletividade local. Desta forma o fortalecimento das capacidades estatais é de fundamental importância para a execução de políticas públicas.

Com base nesses pressupostos, as capacidades municipais podem ser compreendidas como as habilidades dos governos locais de planejar, implementar e manter políticas sociais, o que envolve múltiplos atores e interesses. Mas, como podemos medi-las? É preciso considerar que, tal qual a capacidade estatal, se, por um lado, o conceito “tem caráter latente e, portanto, não [é] observável diretamente”, por outro, seus componentes

podem ser operacionalizados em variáveis empíricas, como sugerem Gomide, Pereira e Machado (2017, p. 86). Quais poderiam ser, então, seus elementos constitutivos e suas *proxies* empíricas? (COELHO; GUTH; LOUREIRO, 2020, p. 785)

O conceito de capacidade estatal permite uma melhor compreensão para a efetiva prestação de serviço em políticas públicas municipais.

2.1. OCUPAÇÃO DE ITAITUBA

O município de Itaituba está localizado as margens do rio Tapajós. Em Itaituba segundo dados do Censo de 2010 contava com uma população de 97.493 pessoas, distribuídos em uma área territorial de 62.042,47 km² o que contabiliza uma densidade demográfica 1,57 habitantes por quilômetros quadrados em 2010

Quadro 01: População, Área territorial (km²) e densidade demográfica no município de Itaituba em 2010

População em 2010	Área territorial (Km ²)	Densidade demográfica
97.493	62.042,47	1,57

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE-SIDRA, 2020.

A ocupação do município de Itaituba está ligada a presença de povos indígenas e colonizadores que se estabeleceram ao longo do rio Tapajós. A vila foi criada em 1857, e o município foi um importante entreposto entre Pará e Mato Grosso.

Quadro 02: Caracterização da origem do município de Itaituba

Origem	Atores na criação	Criação da vila	Observações
Aldeamento indígena	Índios, colonizadores	1857	Entreposto entre Pará e Mato Grosso.

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE, 1957, 2019.

O município de Itaituba está localizado na região do Tapajós, onde segundo dados do portal IBGE – Cidades (2021), Itaituba está classificada com hierarquia urbana (2018) como Centro Subregional B (3B), sua região de influência (2018) é Santarém – capital regional C (2C) e tendo como região intermediária (2020) Santarém, conforme podemos constatar no quadro seguinte, que descreve os demais municípios que compõe a região do Tapajós.

Quadro 03: Hierarquia dos centros urbanos nos municípios da região do Tapajós - 2018

Municípios	Hierarquia Urbana (2018)	Região de Influência (2018)	Região Intermediária (2020)
Aveiro	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Itaituba	Centro Subregional B (3B)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Jacareacanga	Centro Local (5)	Itaituba – Centro Subregional B (3B)	Santarém
Novo Progresso	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C);	Santarém
Rurópolis	Centro Local (5)	Santarém – Capital Regional C (2C)	Santarém
Trairão	Centro Local (5)	Itaituba – Centro Subregional B (3B)	Santarém

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - Cidades, 2021.

Itaituba segundo dados do IBGE foi criado no ano de 1900, em 1940 possuía uma população em 9.152 habitantes residentes no município. No censo de 2010 a população local contabilizada foi de 97.493 pessoas, conforme podemos constatar no quadro seguinte.

Quadro 04: Ano de criação e dinâmica populacional no município de Itaituba entre 1940 – 2010.

Ano de criação	População em 1940	População em 2010
1900	9.152	97.493

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE – Censos Demográficos, 1940, 2010.

A evolução da população residente no município de Itaituba entre 1970-2010 apresentou a seguinte composição, em 1970 contava com 12.690 habitantes, em 1980 contava com 38.573 moradores, em 1991 atinge 116.402 pessoas, em 2000 diminui para 94.750 residentes e em 2010 contabilizava 97.493 residentes locais conforme podemos constatar no quadro seguinte.

Quadro 05: População residente no município de Itaituba, 1970-2010

1970	1980	1991	2000	2010
12.690	38.573	116.402	94.750	97.493

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE – SIDRA, 2020.

A população residente por cor e raça no município de Itaituba em 2010 contava com 97.493 habitantes, sendo 22.906 declarados branca, 9.918 preta, 1.076 amarela, 62.813 parda e 781 indígena, conforme podemos contatar no quadro seguinte.

Quadro 06: População residente por cor e raça no município de Itaituba do Oeste do Pará - 2010

2010						
Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
97.493	22.906	9.918	1.076	62.813	781	-

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE – SIDRA, 2020.

Sobre a naturalidade da população residente em relação aos municípios e à unidade da federação no município de Itaituba em 2010 do total de 97.493 residentes, 56.135 eram naturais do município, 41.358 eram não naturais do município e 28.970 eram não naturais da unidade da federação, ou seja, não nasceram no estado do Pará.

Quadro 07: Naturalidade da população residente em relação aos municípios e à unidade da federação no município de Itaituba em 2010

Naturais do município	Não naturais do município	Não naturais da unidade da federação	Total
56.135	41.358	28.970	97.493

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE – SIDRA, 2020.

O município de Itaituba contava em 2010 com presença de população indígena em seu território de 850 moradores declarados indígenas, sendo 99 moradores residindo em terras indígenas e 751 residindo fora de terras indígenas, conforme registrada no censo demográfico do IBGE em 2010.

Quadro 08: Localização do domicílio e condição de indígena no município de Itaituba - 2010.

Em terras indígenas	Fora de terras indígenas	Total
99	751	850

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE – SIDRA, 2020.

Em Itaituba em 2017 segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) haviam seis assentamentos federais no município que são: PA Miritituba, PA Ypiranga, PA São Benedito, PDS Nova União, PA Arixi e PDS Nova Brasília II, conforme podemos constatar no quadro seguinte.

Quadro 09: Assentamentos da reforma agrária nos municípios do Oeste do Pará em 31/12/2017

Nome PA	Capacidade	Famílias assentadas	Data da criação
PA Miritituba	336	320	05/06/1998
PA Ypiranga	439	261	14/12/1998
PA São Benedito	171	170	29/10/1999
PDS Nova União	150	146	05/10/2006
PA Arixí	103	103	05/10/2006
PDS Nova Brasília II	60	59	21/11/2006

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em INCRA/ Santarém - SR 30, 2019

No município de Itaituba existem onze unidades de conservação sendo todas federais *Floresta Nacional Altamira* com abrangência nos municípios de Altamira (PA), Itaituba (PA), Trairão (PA), *Floresta Nacional de Itaituba I*, com abrangência nos municípios de Itaituba (PA), Trairão (PA), *Floresta Nacional de Itaituba II*, com abrangência nos municípios de Itaituba (PA), Trairão (PA), *Parque Nacional da Amazônia*, com abrangência nos municípios de Maués (AM), Itaituba (PA), Aveiro (PA), *Parque Nacional do Rio Novo*, com abrangência nos municípios de Novo Progresso (PA), Itaituba (PA), *Floresta Nacional do Trairão*, com abrangência nos municípios de Altamira (PA), Itaituba (PA), Rurópolis (PA), Trairão (PA), *Floresta Nacional do Jamanxim*, com abrangência nos municípios de Itaituba (PA), Novo Progresso (PA), *Parque Nacional do Jamanxim*, com abrangência nos municípios de Altamira (PA), Itaituba (PA), Trairão (PA), *Área de Proteção Ambiental do Tapajós*, com abrangência nos municípios de Trairão (PA), Novo Progresso (PA), Jacareacanga (PA), Itaituba (PA), *Floresta Nacional de Crepori*, com abrangência nos municípios de Itaituba (PA), Jacareacanga (PA) e *Floresta Nacional do Amaná*, com abrangência nos municípios de Jacareacanga (PA), Itaituba (PA) conforme podemos contatar no quadro seguinte.

Quadro 10: Unidades de conservação no município de Itaituba em 2021

Unidade de conservação	Esfera governamental	Municípios abrangidos
Floresta Nacional Altamira	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Trairão (PA)
Floresta Nacional de Itaituba I	Federal	Itaituba (PA), Trairão (PA)
Floresta Nacional de Itaituba II	Federal	Itaituba (PA), Trairão (PA)

Parque Nacional da Amazônia	Federal	Maués (AM), Itaituba (PA), Aveiro (PA)
Parque Nacional do Rio Novo	Federal	Novo Progresso (PA), Itaituba (PA)
Floresta Nacional do Trairão	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Rurópolis (PA), Trairão (PA)
Floresta Nacional do Jamanxim	Federal	Itaituba (PA), Novo Progresso (PA)
Parque Nacional do Jamanxim	Federal	Altamira (PA), Itaituba (PA), Trairão (PA)
Área de Proteção Ambiental do Tapajós	Federal	Trairão (PA), Novo Progresso (PA), Jacareacanga (PA), Itaituba (PA)
Floresta Nacional de Crepori	Federal	Itaituba (PA), Jacareacanga (PA)
Floresta Nacional do Amaná	Federal	Jacareacanga (PA), Itaituba (PA)

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em MMA-CNUC

Em Itaituba segundo dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em 2021 existiam seis terras indígenas (TI) que são: *Praia do Índio* (Reserva Indígena) com abrangência no município Itaituba (PA), *Praia do Mangue Índio* (Reserva Indígena) com abrangência no município Itaituba (PA), *Sawré Bap in (Apompu)* (Em Estudo), com abrangência nos municípios Itaituba e Trairão, *Sawré Jaybu* (Em Estudo) com abrangência no município Itaituba, *Andirá-Marau* (Regularizada), com abrangência nos municípios de Barreirinha (AM), Maués (AM), Parintins (AM), Aveiro (PA) e Itaituba (PA) e *Sawré Muybu (Pimental)* (Delimitada), com abrangência nos municípios Itaituba e Trairão, conforme podemos constatar no quadro seguinte.

Quadros 11: Territórios indígenas no município de Itaituba - Pará - 2021

Terra indígena	Etnia	Fase do processo demarcatório	Municípios abrangidos
Praia do Índio	Mundurukú	Reserva Indígena	PA - Itaituba

Praia do Mangue	Mundurukú	Reserva Indígena	PA - Itaituba
Sawré Bap in (Apompu)	Mundurukú	Em Estudo	PA - Itaituba PA - Trairão
Sawré Jaybu	Mundurukú	Em Estudo	PA - Itaituba
Andirá-Marau	Sateré-Mawé	Regularizada	AM - Barreirinha AM - Maués AM - Parintins PA - Aveiro PA - Itaituba
Sawré Muybu (Pimental)	Mundurukú	Delimitada	PA - Itaituba PA - Trairão

Fonte: http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp
Consulta em 07/10/2021. Elaboração: Márcio Benassuly, 2021.

Na próxima seção trataremos do saneamento básico na cidade de Itaituba.

2.1. SANEAMENTO BÁSICO EM ITAITUBA

O acesso ao serviço de saneamento básico na cidade de Itaituba – Pará, apresenta uma série de fragilidades que dificultam a realização deste serviço para o morador local.

Em pesquisa realizada no ano de 2017 pelo IBGE (2017), a prefeitura local informou que estava em andamento a elaboração da política municipal de saneamento básico, bem como o plano municipal de saneamento básico, conforme podemos contatar no quadro seguinte.

Quadro 12: Indicadores da política e plano municipal de saneamento básico em Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
Política Municipal de Saneamento Básico – existência	Em elaboração
Plano Municipal de Saneamento Básico – existência	Em elaboração

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

Na mesma pesquisa contata-se a não existência do conselho municipal de saneamento básico, assim como do fundo municipal de saneamento básico, conforme podemos contatar no quadro seguinte.

Quadro 13: Indicadores do conselho e fundo municipal de saneamento básico em Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
------------------	------------------

Conselho Municipal de Saneamento – existência	Não
Fundo Municipal de Saneamento Básico – existência	Não

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

Os dados mostram que a municipalidade não conta com políticas públicas para a resolução dos problemas relacionados ao tema. Na cidade o serviço de abastecimento de água é realizado pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e em pontos específicos pela Prefeitura Municipal de Itaituba (PMI). A estrutura do esgotamento sanitário é executada pela PMI.

Sobre a coleta de resíduos sólidos não existe legislação que trate sobre o assunto, como também não há programas, projetos ou ações voltadas a questão da coleta, porém é de conhecimento do poder público a existência de cooperativas e associação de coletores (IBGE, 2017). Em Itaituba, segundo dados da MUNIC (IBGE, 2017) apenas 13.408 unidades tinham abastecimento de água em 2017.

Segundo a PMI na pesquisa MUNIC (IBGE, 2017), existem várias doenças associadas ao saneamento inadequado no município como diarreia, verminoses, dengue, zika, chikungunya, malária, hepatite, dermatite e doenças do aparelho respiratório, conforme podemos contatar no quadro seguinte.

Quadro 14: Indicadores de endemias ou epidemias associada (s) ao saneamento básico em Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
A prefeitura tem conhecimento da ocorrência de endemia(s) ou epidemia(s) associada(s) ao saneamento básico, nos últimos 12 meses	Sim
Diarreia	Sim
Verminoses	Sim
Dengue	Sim
Zika	Sim
Chikungunya	Sim
Malária	Sim

Hepatite	Sim
Dermatite	Sim
Doença do aparelho respiratório	Sim

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

Estes dados, relacionados à saúde pública, evidenciam através da pesquisa que boa parte da população sofre com os malefícios da fragilidade na prestação deste serviço, pois a pesquisa apresenta a média 6,4 de internações por diarreia por cada mil habitantes apontando os efeitos colaterais da ineficiência na prestação deste serviço.

O controle social é feito através de órgãos colegiados que são o conselho municipal de desenvolvimento urbano, conselho municipal de saúde e o conselho municipal de meio ambiente que fazem parte do controle social.

Na questão da fiscalização da qualidade da água o município mostra-se omissivo pela falta de um órgão que realize esse serviço. Como apontam os dados da MUNIC, ou seja, além da ineficiência no abastecimento a população também desconhece a qualidade da água que é fornecida pela empresa que atende esta demanda o que evidencia a fragilidade na prestação deste serviço e que por consequência coloca em risco a saúde da população que tem direito garantido por lei ao acesso básico de água potável, pelo qual possibilitaria uma vida mais dignidade.

A análise dos dados da MUNIC (IBGE, 2011; 2017) mostra que o serviço de saneamento básico na cidade de Itaituba ainda é precário, assim como também em outros municípios da região Oeste do Pará, havendo uma extrema necessidade de uma ação maior e melhor pelo poder público para possibilitar um ambiente bem preservado e com isso possibilitar que a sociedade possa ter seus direitos garantidos

Quanto a participação da comunidade em saneamento básico em Itaituba em 2017, os dados do IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico do ano de 2017, indicam que a existência de debates e audiências públicas nos últimos 12 meses (2016), porém não houve a realização de conferência da cidade nos últimos 4 anos (2012-2016).

Quadro 15: Indicadores de participação da comunidade em saneamento básico em Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
-----------	-----------

debates e audiências públicas nos últimos 12 meses	Sim
Conferência das cidades nos últimos 4 anos	Não

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

Quanto a informações em saneamento básico, a pesquisa constatou a inexistência de sistema municipal de informações e de ouvidoria municipal sobre os serviços de saneamento.

Quadro 16: Indicadores de informações em saneamento básico em Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
Sistema municipal de informações de caráter público sobre os serviços de saneamento –existência	Não
Ouvidoria municipal ou central de atendimento ao cidadão para recebimento de reclamações ou manifestações sobre os serviços de saneamento –existência	Não

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

Quanto ao abastecimento de água a pesquisa constatou que o órgão de abastecimento de água, está subordinado à secretaria de obras, onde a prefeitura não possuía quadro técnico atuando na área de abastecimento de água no município.

Quadro 17: Indicadores de abastecimento de água em Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
Caracterização do órgão municipal gestor do serviço de abastecimento de água	Setor subordinado a outra secretaria
Secretaria ou setor ao qual está associado ou subordinado o órgão municipal gestor do serviço de abastecimento de água	Obras
A prefeitura possui quadro técnico atuando na área de abastecimento de água	Não
Legislação municipal sobre proteção de mananciais – existência	Sim
A legislação municipal exige a aprovação e implantação de um sistema de abastecimento de água para loteamentos novos	Sim
Órgão responsável pela fiscalização da qualidade da água na administração pública –existência	Sim

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

Sobre a prestação do serviço de abastecimento de água a pesquisa mostrou que em 2017 o responsável pela execução do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição era a prefeitura por meio da Companhia de Água e Saneamento de Itaituba (CASITA) e o Estado por meio da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). A pesquisa registrou a falta de fornecimento quanto a frequência da intermitência ou racionamento de água na cidade de Itaituba. Os motivo (s) da intermitência ou racionamento foram a deficiência na distribuição de água.

Quadro 18: Indicadores de prestação do serviço de abastecimento de água em Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
Responsável pela execução do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição	A prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço
Instrumento(s) de delegação da prestação de serviço	Contrato de concessão
Número de entidades executoras do serviço de abastecimento de água	2
Cobrança de tarifa pelo serviço de abastecimento de água – existência	Sim
Houve intermitência no abastecimento ou racionamento de água no município	Sim
Frequência da intermitência ou racionamento no episódio de maior duração(em dias)	Algumas horas diariamente
Motivo(s) da intermitência ou racionamento	Deficiência na distribuição de água

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

A distribuição de água da rede geral do município de Itaituba em 2017 cobria apenas a zonas urbana sem atender a zona rural.

Quadro 19: Indicadores da distribuição de água da rede geral do município de Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
Área urbana	Sim
Área rural	Não

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

Quanto ao esgotamento sanitário em Itaituba em 2017 o órgão municipal gestor do serviço apresentava sem serviço de esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto.

Quadro 20: Indicadores de esgotamento sanitário em Itaituba em 2017

Indicador	Descrição
Caracterização do órgão municipal gestor do serviço de esgotamento sanitário	Sem serviço de esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em IBGE - MUNIC - Suplemento de Saneamento Básico, 2017.

Na pesquisa também consultamos O *Painel de Indicadores 2021* do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) que é uma importante fonte de pesquisa sobre o saneamento no Brasil.

O Painel de Indicadores é uma forma interativa de apresentar os principais indicadores de cada componente calculados para o Brasil, macrorregiões, estados e por municípios. A nível de município é possível visualizar, além dos indicadores, os totais de prestadores classificados quanto a sua abrangência (regionais/microrregionais e locais), bem como o indicativo de qual prestador (es) atende (m) o município selecionado.³

Os dados descritos na sequência tiveram como fonte as informações disponíveis no Painel de Indicadores sobre o município de Itaituba. Sobre os indicadores de água em Itaituba no ano de 2021, a pesquisa informa que a situação do município era adimplente para água em 2021 com um valor da tarifa água de 3,73 R\$/m³. As perdas da distribuição de água atiram 45,07%, com um consumo per capita de 135,97 l/hab./dia na zona urbana de Itaituba.

Quadro 21: Indicadores de água em Itaituba em 2021

Indicador	Descrição
Situação	Adimplente para água em 2021
Tarifa água	3,73 R\$/m ³

³ Disponível em: http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua . Acesso em: 30 jul. 2023.

Extensão rede	25,28 m/lig.
Perdas distribuição	45,07 percentual
Perdas lineares	16,74 m ³ /dia/Km
Perdas ligação	464,01 l/lig./dia
Consumo per capita	135,97 l/hab./dia
Consumo economia	15,89 m ³ /mês/econ.
Atendimento urbano	11,82 percentual
Atendimento total	8,57 percentual

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua/?cod=1503606

Sobre os indicadores de esgoto em Itaituba no ano de 2021, a pesquisa registra que a situação do município era inadimplente para Esgoto em 2021, com dados apenas para os indicadores de tarifa água/esgoto e despesa total. Os demais indicadores não apresentam informações.

Quadro 22: Indicadores de esgoto em Itaituba em 2021

Indicador	Descrição
Situação	Inadimplente para Esgoto em 2021
Tarifa esgoto	Sem informação
Tarifa água/esgoto	3,73 R\$/m ³
Despesa total	11,11 R\$/m ³
Coleta esgoto	Sem informação
Extensão rede	Sem informação
Coletado tratado	Sem informação
Tratamento / consumo	Sem informação
Atendimento urbano	Sem informação

Atendimento total	Sem informação
-------------------	----------------

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-esgoto/?cod=1503606

Quanto aos indicadores de águas pluviais urbanas em Itaituba no ano de 2021, a pesquisa registra que a situação do município era inadimplente para AP em 2021, sem informações dos demais indicadores da pesquisa neste setor.

Quadro 23: Indicadores de águas Pluviais Urbanas de Itaituba em 2021

Indicador	Descrição
Situação	Inadimplente para AP em 2021
Taxa pavimentação	Sem informação
Canais subterrâneos	Sem informação
Canais abertos	Sem informação
Reservatórios	Sem informação
Captações	Sem informação
Domicílios em risco	Sem informação
População impactada	Sem informação

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/aguas_pluviais/mapa-aguas-pluviais?cod=1503606

Quanto aos indicadores de resíduos sólidos em Itaituba no ano de 2021, a pesquisa registra que a situação do município era adimplente para RSU em 2021, com custo da coleta de 20,77 R\$/t, com cobertura urbana de 85,58 % e cobertura porta a porta de 84,22 %. Não existe informações para massa coletada reciclável.

Quadro 24: Indicadores de resíduos Sólidos de Itaituba em 2021

Indicador	Descrição
Situação	Adimplente para RSU em 2021

Despesa per capita	45,37 R\$/hab
Custo coleta	20,77 R\$/t
Cobertura total	63,03 %
Cobertura urbana	85,58 %
Cobertura porta a porta	84,22 %
Massa coletada total	3,42 Kg/hab.dia
Massa coletada urbana	2,97 Kg/hab.dia
Massa coletada reciclável	Sem informação

Fonte: Organizado por Márcio Benassuly com base em http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/residuos_solidos/mapa-indicadores?cod=1503606

Os indicadores de resíduos sólidos em Itaituba em 2021 mostram que o município em ainda grandes desafios pela frente neste setor.

3 CONCLUSÃO

O acesso ao saneamento básico na cidade de Itaituba, estado do Pará apresenta grandes dificuldades. O tema é um grande desafio para as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, situação que é mais grave na região Norte do país, onde estão concentrados os piores indicadores do Brasil.

No município de Itaituba o acesso urbano a rede geral é de competência da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) que não consegue atender a totalidade da zona urbana da cidade, já na zona rural cada morador é obrigado a construir poços particulares.

Quando ao serviço de esgotamento sanitário na cidade de Itaituba a prefeitura encontrava-se inadimplente em 2021 junto ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) do Ministério do Desenvolvimento Regional, sem informações disponíveis para a análise do setor no município.

No setor de águas pluviais urbanas também o município se encontrava em 2021 inadimplente junto ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), sem informações disponíveis para consulta sobre a situação de Itaituba.

No setor de resíduos sólidos a prefeitura encontrava-se em 2021 adimplente junto ao SNIS, com cobertura de 85,58% da cidade de Itaituba.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGATTO, Catarina Ianni. Capacidades estatais locais na educação brasileira: avanços, limites e desafios. In. GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro** [recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Painel de Indicadores 2021**. Disponível em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/aqua_esgoto/mapa-agua . Acesso em: 30 jul. 2023.

COELHO, Rony; GUTH, Felipe; LOUREIRO, Miguel. Capacidades governamentais municipais e desenvolvimento humano local no Brasil. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília, 71 (4), p. 778-808 out/dez 2020.

GOMES, Marília Della Lucia; FERREIRA, Patrícia Aparecida; AMÂNCIO, Júlia Moretto. Capacidade estatal e formulação de políticas sociais por municípios sob a ótica da gestão pública democrática. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 83-104, jan./jun. 2017.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. **Rev. Serv. Público**. Brasília 69, edição especial Repensando o Estado Brasileiro 85-122 dez 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html> . Acesso em 01/05/2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html> . Acesso em 01/05/2023.

IBGE. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 marc. 2021.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de; COELHO, Vera Schattan P. Capacidades estatais municipais em saúde. In. GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro** [recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.